

## **A INTEGRAÇÃO DOS CONCEITOS DA GEOGRAFIA COM OS CONTEÚDOS DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO EM COMÉRCIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Iran Barroso, autor<sup>1</sup>; Eulália Raquel Gusmão de Carvalho Neto, orientadora<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) iranbarroso@hotmail.com

<sup>2</sup> Profª. Dra. do Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Natal-Central, eulalia.gusmao@ifrn.edu.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a integração dos conceitos da geografia, particularmente os conceitos de espaço geográfico e paisagem, com os conteúdos específicos do curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos, oferecido pelo *Campus Zona Norte* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A delimitação da temática se deu em função da articulação entre os diversos campos do conhecimento para a formação técnica, humana e integral proposta pelo Projeto político pedagógico do referido instituto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que busca resgatar, ainda, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada aos cursos técnicos ofertados pelo IFRN. Para tanto recorre a autores como Freire (1987), Gadotti (2006) e Friedrich (2010) para discutir sobre a EJA e à Cavalcanti (2007), Holzer (2018) e Schier para discutir os conceitos de Espaço geográfico e paisagem. No tocante a pesquisa documental investiga o Projeto político e pedagógico do IFRN, o Projeto de curso do Curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos e o programa da disciplina de geografia. Os estudos desenvolvidos a partir da referida pesquisa apontam que a construção dos conceitos geográficos a serem vivenciados, conscientemente, em situações cotidianas e em contextos das atividades do Técnico em Comércio, requer dos professores um trabalho interdisciplinar, onde o ensino seja pautado pela partilha, pelo diálogo, pela colaboração.

Palavras chaves: Ensino Médio integrado ao técnico. Educação de Jovens e Adultos. Espaço Geográfico. Paisagem.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca problematizar a integração dos conceitos da geografia, particularmente os conceitos de espaço geográfico e paisagem, com os conteúdos específicos do curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos, oferecido pelo *Campus Zona Norte* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

A delimitação da temática se deu em função da articulação entre os diversos campos do conhecimento para a formação técnica, humana e integral proposta pelo Projeto político pedagógico do referido instituto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que busca resgatar, ainda, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada aos cursos técnicos ofertados pelo IFRN. Para tanto recorre a autores como Freire (1987), Gadotti (2006) e Friedrich (2010) para discutir sobre a EJA e à Cavalcanti (2007), Holzer (2018) e Schier para discutir os conceitos de Espaço geográfico e paisagem. No tocante a pesquisa documental

investiga o Projeto político e pedagógico do IFRN, o Projeto de curso do Curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos e o programa da disciplina de geografia.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por atender as exigências de nosso objeto de estudo, pois conforme ressalta Pinto et. al. (2008, p.7), é considerada essencialmente de campo, porquanto nas ciências sociais a maioria dos estudos está relacionada a fenômenos de grupos ou sociedades, razão pela qual o investigador deve atuar onde se desenvolve o objeto de estudo.

Assim, organizamos nosso artigo em três seções. Na primeira fazemos uma retrospectiva sobre a educação de jovens e adultos; na segunda discutimos os conceitos geográficos de paisagem e de espaço geográfico e na terceira apresentamos os dados coletados com a pesquisa documental.

Para este trabalho, adotamos como procedimento metodológico a exploração da revisão bibliográfica, para reflexões relevantes a respeito do tema de interesse (MARCONI; LAKATOS, 2003). “Qualquer estudo científico supõe e requer uma prévia pesquisa bibliográfica, seja para sua necessária fundamentação teórica, ou mesmo para justificar seus limites e para os próprios resultados” (PONTE; et. al., 2008, p.6).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de apresentarmos este trabalho, optamos por dividi-lo em dois tópicos: no primeiro discutiremos a educação na modalidade jovens e adultos; no segundo trataremos dos conceitos geográficos de espaço geográfico e paisagem, utilizados tanto na academia, quanto os utilizados no ensino fundamental.

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com a necessidade da formação de trabalhadores para atender à aristocracia portuguesa, surge o processo de escolarização de adultos, que tinha o objetivo de formar serviçais da corte para cumprirem as tarefas exigidas pelo Estado. Assim, segundo apurou Sant'anna (2014, p 99):

No contexto histórico da segunda metade do século XIX algumas associações civis, como por exemplo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, desenvolveram ações de apoio ao desenvolvimento da indústria nacional e assim promoveram a modernização e o crescimento do país. Entre as ações desenvolvidas pela associação está a fundação, em 1867, da primeira escola noturna de educação primária para jovens e adultos que prepararia os alunos para ingressar, posteriormente, na escola industrial.

Estava, assim, inaugurada a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Mas, desde então, o termo EJA vem aflorando discussões do ponto de vista conceitual. Para Gadotti e Romão,

citado por Friedrich (2010, p. 393), os termos educação de adultos, educação popular, educação não-formal e educação comunitária são usados como sinônimos, entretanto há de se compreender que são termos distintos que não guardam sinonímia. A educação de adultos caracteriza-se pela postura da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reportando-se a uma área especializada da educação.

De uma forma geral, em nosso país, “educação não formal” funda-se no conceito difundido na América Latina que se dirige à educação de adultos vinculada a organismos não governamentais, geralmente locais onde o Estado se omitiu. Como ensina Gadotti e Romão (2006) educação não formal é utilizada pelos Estados Unidos para fazer referência à educação de adultos dos países de terceiro mundo, onde reserva-se o uso do termo educação de adultos.

Como ensina Friedrich (2010, p. 592), a EJA vem ocupar um espaço do sistema educacional regular e é constituído de um conjunto de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. Nas práticas informais, esses processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, inclusive nos ambientes “virtuais”.

A Constituição Brasileira de 1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205). Mais adiante, revisitado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), esse princípio engloba o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Nesse sentido, a EJA é um esforço para proporcionar igualdade de acesso à educação como bem social.

Com a lucidez que sempre pautou as suas observações, Di Pierro (2005, p.1132) anotou:

As gerações com idade mais avançada são aquelas que sofreram restrições de acesso à educação elementar e não puderam beneficiar-se da expansão escolar observada nas últimas décadas. A escassez de oportunidades educacionais daquele período não alcançou igualmente todos os subgrupos sociais dos que hoje são jovens e adultos, atingindo de modo mais acentuado pobres, negros, mulheres, populações rurais e nordestinas.

Foi na década de 1990, segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.29) que teve início, a partir Conferência Mundial de Jontiem, a Década da Educação para Todos. Ela se propunha não só a assegurar que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso ao ensino de qualidade, com equidade de gênero, mas também a reduzir pela metade os índices de analfabetismo dos jovens e adultos.

Entretanto, como bem aponta Di Pierro (2010) ao lançar um olhar retrospectivo para o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, já havia indicativos que evidenciavam que a educação de jovens e adultos (EJA) não alcançariam as metas estabelecidas. Já figuravam nos documentos preparatório e final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), os desafios prioritários desse campo educativo a serem enfrentados pelo novo PNE 2011-2020.

Mesmo diante destes desafios, para o PPC do curso técnico integrado de comércio na modalidade EJA,

A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, na modalidade de Educação de jovens e adultos é uma das possibilidades de articulação significativa com o ensino médio que objetiva romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica e possibilita resgatar a Cidadania para os excluídos do direito à educação, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer, assim como suplantar o dualismo entre cultura geral e cultura técnica, historicamente vivenciada na educação brasileira em que, de um lado, permeia a educação geral para as elites e de outro, a formação para o trabalho destinada à classe trabalhadora. (IFRN, 2011, p.6)

Na citação acima fica explícito o ideário do IFRN em romper com os desafios vivenciados pela EJA propondo um trabalho que afaste a dicotomia entre a educação básica e a formação técnica e entre a teoria e a prática.

## OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS DE PAISAGEM E DE ESPAÇO GEOGRÁFICO

Para darmos continuidade, demonstra-se fundamental a diferenciação, mesmo que se fundam e formem uma unidade, entre ciência e matéria de ensino. Sobre o tema Libâneo (2001, p. 9 – 10) escreve:

Na linguagem comum, é frequente a identificação entre o pedagógico e o didático, ou seja, falamos indistintamente de ações pedagógicas e ações didáticas. A meu ver, esses termos estão inter-relacionados, mas não são sinônimos. O didático se refere especificamente à teoria e prática do ensino e aprendizagem, considerando o ensino como um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Dessa forma, o trabalho docente é pedagógico porque é uma atividade intencional, implicando uma direção (embora nem todo trabalho pedagógico seja trabalho docente). O que significa dizer que todo ensino supõe uma “pedagogização”, isto é, supõe uma direção pedagógica (intencional, consciente, organizada), de modo a converter as bases da ciência em matéria de ensino.

Vencida essa etapa de diferenciar ciência de matéria de ensino, fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho, continuaremos no nosso intento: como esses alunos do curso de Técnico em Comércio na modalidade PROEJA assimilaram e vivenciam os conceitos Geográficos de Paisagem e de Espaço Geográfico que foram introduzidos no sexto ano do ensino fundamental? Qual a expectativa de uso desses conceitos na atividade laboral para a qual se preparam?

Para exemplificarmos a importância da compreensão do conceito de Espaço Geográfico, nos apoiamos em Santos (2005, p.1), que nos lembra que os primeiros geógrafos, os que se ocupavam do espaço geográfico antes mesmo da existência da geografia como ciência, eram filósofos e nos remete ao pensamento de Ernst Cassirer (1957, vol. 3, p. 150) que considerava que toda criação do espírito humano estava relacionada ao espaço.

Mas algumas questões epistemológicas e conceituais ainda permeiam o pensamento geográfico moderno, por exemplo o conceito do seu próprio objeto de estudo, o espaço geográfico, uma vez que não há consenso entre os geógrafos sobre o tema.

Para os da geografia física, o espaço geográfico surgiu com a formação da terra há 4,5 bilhões de anos e é fruto das relações entre a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera. Optamos, para uma breve exposição de importantes conceitos da Espaço Geográfica, por Braga (2007, p 65-72). Ensina-nos que Corrêa (1982), importante geógrafo brasileiro, define espaço geográfico como a morada do homem e abrange a superfície da terra.

Apontando para Moreira (1982), Braga (2007, p. 69), ensina o espaço geográfico como estrutura de relações sob determinação do social; uma expressão visível da sociedade, através da socialização da natureza pelo trabalho. Mais tarde, com o mesmo Braga (2007, p 69), desembarcamos em Santos (1982), que ao contribuir para a renovação crítica da Geografia, anota que o espaço geográfico é visto como “a matéria por excelência”, a “segunda natureza” (com base em Marx) ou natureza humanizada ou artificial. É a relação homem/natureza ou homem/espaço mediatizada pelo trabalho e a produção de mercadorias.

Por fim, Braga (2007, p 71) arremata que o espaço geográfico é o contínuo resultado das relações sócio espaciais.

Didaticamente e, para efeito do nosso trabalho, adotamos que espaço geográfico - dividido em espaço geográfico natural e espaço geográfico cultural ou construído - é o “palco” das relações humanas, pois o homem habita a superfície e usufrui de tudo que a natureza fornece (BRASIL ESCOLA, 2018).

O conceito de paisagem sempre foi visceralmente ligado ao positivismo alemão. A paisagem era vista de maneira estática, onde se ressaltavam os fatores geográficos em unidades espaciais e, numa forma mais dinâmica, na geografia francesa, onde o caráter processual é mais importante que no primeiro. Os neopositivistas tentaram focalizar o processo de abstração da realidade física, conforme a sua metodologia quantitativa. Mais adiante, os marxistas reduziram a importância do conceito de paisagem: para eles, pouco interessava a geograficidade da paisagem. A sua conceituação era empurrada para o termo região, o qual definiam como um produto territorial da ação entre capital e trabalho.

Para Schier (2003, p. 80), nos dias atuais, a ideia da paisagem depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana.

Para Schier (2018), a evolução do conceito de paisagem e o quanto ele evoluiu até a modernidade. Especialmente quando sentencia que a paisagem é um produto cultural e que decorre da ação do homem sobre o ambiente. A ideia de paisagem, na visão do pensador, é uma percepção intrinsecamente relacionada ao nível cultural de quem a percebe e a constrói.

Didaticamente, para efeito deste trabalho, a paisagem foi tratada como “Os aspectos perceptíveis do espaço geográfico, isto é, a forma como compreendemos o mundo a partir de nossos sentidos, tais como a visão, o olfato, o paladar, entre outros”. (EDUCAÇÃO, 2018)

Para tratarmos especificamente sobre a construção, ou a apropriação, de conceitos na Geografia Escolar, buscamos Cavalcanti (2007 e 2005), obras ligadas visceralmente à Vygotsky. A partir de uma síntese do pensamento dele, a autora busca especificar possíveis contribuições dessa teoria para o ensino de geografia, particularmente para a construção de conceitos geográficos. Já em Cavalcanti (2005, p. 185) destaca-se alguns conceitos da teoria vygotskyana sobre o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores: internalização, mediação semiótica, Zona de Desenvolvimento Proximal. Segundo a própria autora, o texto apresenta-se como “uma leitura particular de alguns aspectos do pensamento de Vygotsky, com interesse mais direto para a metodologia de ensino de disciplinas específicas, no caso a geografia escolar”.

## ANÁLISE DOS DADOS

No tocante a pesquisa documental investigamos o Projeto político e pedagógico do IFRN, o Projeto de curso do Curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos e o programa da disciplina de geografia.

O Projeto Político Pedagógico do IFRN (2012) estrutura a construção do currículo pautada em um conjunto de práticas institucionais que envolvem a ação educativa: a concepção do ser humano, guiada pela omnilateralidade e multidimensionalidade, contemplando-o física, emocional e racionalmente; a concepção social, que assegura processos de ensino e de aprendizagem democráticos, críticos e reflexivos, visando a transformação nas práticas educativas e na realidade social; a sua concepção de cultura pautada pelo estímulo à exploração de temas/conhecimentos que possibilitam maior consciência sobre a diversidade cultural, as desigualdades e as injustiças sociais, que ensina o respeito pelas outras culturas, a preservação das raízes culturais e a valorização da identidade e, introduz produções culturais do campo

científico, artístico e tecnológico que ampliam a maneira de ver e de estar no mundo; A concepção de ciência, que considera que é inadmissível qualquer defesa a favor da neutralidade da ciência; que o conhecimento não pode ser restrito a um pequeno grupo de privilegiados, tratada como uma mercadoria vinculada a interesses hegemônicos, que o conhecimento não se concebe fora de uma perspectiva integradora e comprometida em diluir distinções artificiais entre as chamadas ciências da natureza e as humanidades.

A concepção de tecnologia, vista como a detentora da tarefa de redimensionar os modos de produção tecnológica na perspectiva de buscar a isonomia social e a emancipação dos sujeitos ante relações autoritárias e alienantes de trabalho e de subsistência; de contribuir para a constituição de uma sociedade ambientalmente sustentável; e de articular paradigmas científicos que concebam o ser humano em sua omnilateralidade, sua complexidade e sua pluralidade multifacetada; a concepção de trabalho, que culmina com Frigotto (2005, p. 61 apud IFRN 2012) , considerando-o, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever na medida que todos devem colaborar com a produção de bens materiais, culturais e simbólicos. Um direito na perspectiva de que o ser humano se constituir um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, na sua interação com o meio natural, a transformação deste em bens para sua produção e reprodução. Concluindo que a educação, no IFRN, “deve primar por relações de trabalho que possam ser mais humanizadas, pelo trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas e pela superação da dicotomia entre atividade intelectual e manual” (IFRN, 2012, p. 47).

Aqui chegamos na concepção de educação. Em sua “Ação cultural para a liberdade”, o educador Paulo Freire já ensinava que seria “uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (FREIRE, 1984, p. 89). No mesmo sentido, Frigotto, (1985, apud IFRN, 2012, p 47) ensina que

Numa sociedade marcada pela hegemonia do capital, a oferta e a qualidade da educação não são as mesmas para todas as classes, diferenciando-se segundo as condições socioeconômicas e culturais. Desse modo, a divisão social do saber é diferenciada. E os valores que estão imbricados no processo de construção desse saber também são diferenciados, conforme a classe ou o grupo, produzindo, historicamente, espaços de conflito (FRIGOTTO, 1995).

Para o IFRN, ressaltando as ideias de liberdade e de autonomia, a educação deve constituir-se em um processo de ampliação e de desenvolvimento humano, com vistas para o exercício de uma identidade crítica e emancipada (IFRN, 2012, p 49).

Não é de hoje que a teoria crítica sustenta as definições curriculares do Instituto. Ainda no PPP de 1994 já preconizava em seu modelo de currículo integrado a formação omnilateral –

com uma proposta de educação politécnica – voltada para a formação cidadã. (IFRN, 2012, p.50)

No PPP de 2012 a orientação crítica fica bastante evidente na medida em que anuncia que

Neste PPP, o IFRN assume o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento. Essas atividades intencionadas, sob sustentação de um aporte histórico-crítico, visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária. (IFRN, 2012, p. 51)

Dessa forma, depreende-se que o currículo no IFRN aponta para a compreensão da educação como uma totalidade social nas relações que permeiam os processos educativos.

Para o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de técnico de nível médio em comércio na forma integrada na modalidade de educação de Jovens e adultos, o curso justifica-se

pelo avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho, conseqüentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos. (IFRN, 2011, p 7)

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Aponta o PPC que o IFRN, como instituição que tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, redefiniu sua função social em consonância com as necessidades identificadas a partir da compreensão deste contexto social e econômico. Dessa forma, consciente do seu papel social, entende que não pode prescindir de uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica.

Especificamente sobre o ensino da Geografia no curso, o PPC alerta para a importância do estudo da Geografia ao longo do tempo. Bem como dos Conceitos da Geografia; da

Orientação e localização no espaço geográfico; das novas tecnologias e sua utilização no estudo da realidade; dos domínios da natureza e a relação sociedade-natureza.

Os objetivos do curso estão voltados para a proposta de ensino integrado, na medida em que visa compreender e aplicar os conceitos básicos da geografia: espaço, território, região, lugar, escala e paisagem, tomando por base a leitura socioespacial do cotidiano; trabalhar as noções básicas de orientação e localização espacial, de fusos horários (no mundo e no Brasil) e conhecer os elementos que compõem as várias formas de representação do espaço geográfico (mapas, gráficos, tabelas, imagens de satélites, aerofotos etc.) e suas aplicações; além de entender a dinâmica dos elementos naturais e como a interdependência entre esses elementos formam e transformam as paisagens no mundo, no Brasil e no RN

## CONCLUSÕES

Ao retomarmos o objetivo proposto para este trabalho - problematizar a integração dos conceitos da geografia, particularmente os conceitos de espaço geográfico e paisagem, com os conteúdos específicos do curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de educação de jovens e adultos, oferecido pelo *Campus Zona Norte* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – percebemos que a instituição investigada proporciona uma educação voltada para o resgate da Cidadania dos que foram, prematuramente, excluídos do processo de educação formal. Cumprindo com a sua função social.

No que se refere ao PPC do curso investigado apontamos que esse propõe a relação teoria e prática e a relação entre os conteúdos técnicos e os conteúdos propedêuticos. Articulando a cultura geral com a cultura técnica. Refletido na ementa da disciplina de geografia.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, R. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 22, p. 65-72, 30 dez. 2007.dez. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.**

BRASIL ESCOLA, Disponível em < <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/espaco-geografico-objeto-estudo-geografia.htm>, acessado em 23/08/2018

CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005

\_\_\_\_\_, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus Editora, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>, acessado em 04/04/2018

\_\_\_\_\_, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, 2010. EDUCAÇÃO, Mundo. Disponível em <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-paisagem.htm>>, acessado em 01/05/2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDRICH, Márcia et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 67, 2010.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

\_\_\_\_\_, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 29-40, 2000.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em, <[www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf)> acessado em 10/05/2018

MAGALHÃES, Cláudia. SOURIENT, Laura. GONÇALVE, Marcos. RUDEK, Roseni. **Projeto Apoema. Livro para análise do professor, Geografia, 6º ano**. Editora do Brasil, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; et. al. Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre Balanced Scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. In: J. Lopes; J. Francisco; M. Pederneiras (Orgs.). **Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANT'ANNA, Susan Brodhage. A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889. **O Mosaico**, 2014. Disponível em <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf>>, acessado em 01/05/2018

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. Terra Livre, n. 5, 2015.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 7, 2003. Disponível em, <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3353/2689>>, acessado em 01/05/2018

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. [1913]